



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A atuação do colegiado escolar e a gestão democrática das  
escolas públicas estaduais de Minas Gerais**

**MARIA ALVES DE ALMEIDA**

**BELO HORIZONTE, 2013  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A ATUAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR E A GESTÃO  
DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS  
GERAIS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Wilma A. Soares Luna do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

**RESUMO**

Este trabalho apresenta uma análise crítica da atuação do Colegiado Escolar nas escolas estaduais de Minas Gerais, sobretudo na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, município de Belo Oriente – MG, cujo Projeto Político-Pedagógico serviu de base para a realização desta análise. Nas escolas estaduais mineiras, esse órgão colegiado é, atualmente, composto por representantes dos professores, demais servidores da escola, alunos e pais de alunos. Não conta com a participação de representantes da comunidade local, a não ser daquelas pessoas que têm filhos estudando na escola, o que na legislação estadual da década de 1980 era permitido, já que naquela legislação previa-se a participação de grupos comunitários no Colegiado Escolar. A atuação do Colegiado Escolar é imprescindível para a construção da cultura da participação das comunidades escolar e local nos processos decisórios da escola e, conseqüentemente, a implementação do princípio legal da gestão democrática das escolas, em prol de educação de qualidade para todos. Na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, assim como na maioria das escolas estaduais de Minas Gerais, percebe-se a necessidade de avançar no exercício da democracia. É preciso garantir uma participação mais ativa do Colegiado nas decisões da escola, para que a gestão escolar seja cada vez mais democrática. Assim, a gestão da escola cumprirá sua função político-pedagógica e estará a serviço da melhoria constante da qualidade social da educação oferecida aos seus alunos.

**Palavras-chave:** educação, colegiado escolar, gestão democrática.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1. A ATUAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS.....	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	12
REFERÊNCIAS .....	13
ANEXO: Projeto Político-Pedagógico .....	14

## INTRODUÇÃO

Na perspectiva da gestão democrática da educação, o maior desafio com que a escola se depara na elaboração do Projeto Político-Pedagógico é envolver a comunidade escolar nesse processo. Muitas vezes a presença acontece, porém sem a participação desejável. Contudo, o fato de existir o Colegiado Escolar, se não em todas, pelo menos na maioria das escolas estaduais de Minas Gerais, já é um indicador de que a gestão da escola, bem como o seu Projeto Político-Pedagógico, não é de responsabilidade exclusiva do diretor nem apenas da equipe diretiva da escola. A gestão escolar deve ser compartilhada com os diferentes segmentos da comunidade escolar, através da participação dos representantes desta em órgão colegiado.

Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico, se elaborado com a participação efetiva do Colegiado Escolar, expressa os anseios da comunidade na qual a escola está inserida. Assim construído, tal documento configura-se como o principal instrumento de gestão democrática da escola, em busca de educação com qualidade social para todos.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise crítica da atuação do Colegiado Escolar nas escolas estaduais de Minas Gerais, especialmente na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes. Esta escola localiza-se na cidade de Belo Oriente, no Leste de Minas Gerais. Oferece Ensino Fundamental – regular e Ensino Médio – regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O Projeto Político-Pedagógico da referida escola serviu-se de base para as reflexões aqui apresentadas, paralelamente à bibliografia estudada no Curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Escola de Gestores da Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC). Foram incorporadas ao trabalho reflexões realizadas nas diferentes disciplinas do curso, mas, de modo especial, foram utilizados textos das disciplinas PV – Projeto Vivencial e TE – Tópicos Especiais (Conselhos Escolares).

Foram encontrados registros da existência de Colegiado Escolar no Estado de Minas Gerais em períodos anteriores à década de 1980 (TEIXEIRA, 2013), antes mesmo da determinação legal dos conselhos escolares ou órgãos equivalentes como mecanismos de democratização das escolas. Apesar disso, a participação

desse órgão não tem sido tão significativa em muitas escolas estaduais mineiras, conforme se observa também nos escritos de Teixeira (2013), o que torna instigante analisar sua atuação em instituições públicas da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

Na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, percebe-se certa dificuldade em garantir que o Colegiado Escolar, ao lado da direção da escola, cumpra a sua função político-pedagógica, o que requer participação ativa, sobretudo na construção, no acompanhamento e na avaliação do Projeto Político-Pedagógico da instituição. Tal dificuldade, porém, parece não estar clara para a gestão da escola nem mesmo para a comunidade escolar, uma vez que há a presença do Colegiado em momentos pontuais, inclusive naqueles organizados para elaboração e/ou reelaboração do seu Projeto Político-Pedagógico.

Precisa ser revista, então, a ideia de participação que predomina nas escolas, que, segundo Japecanga (2000), normalmente está ligada à ideia de execução. Acrescenta-se que, às vezes, tal ideia não significa nem execução, mas apenas presença e/ou ratificação das decisões de determinados grupos ou de pessoas individualmente. A Escola Estadual João Hemétrio de Menezes afirma em seu Projeto Político-Pedagógico que seus processos decisórios são compartilhados com o Colegiado Escolar (BELO ORIENTE, 2013, p. 3). Porém, esse compartilhamento significa mais uma prática de dar satisfação das decisões do que de decidir coletivamente, o que contraria os princípios da gestão democrática da educação.

Ressalta-se que este trabalho é resultado de revisão da legislação educacional – nacional e estadual (MG) – e de outros documentos relativos à gestão democrática da educação, em confronto com o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, bem como com a sua prática cotidiana, no que diz respeito à interação com a comunidade escolar e local. Destacam-se entre os referenciais teóricos utilizados: a Constituição Federal de 1988, a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996, as Resoluções da SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais nº 4.787/1983 e nº 2.034/2012 e documentos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC, 2004).

## **1. A ATUAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS**

A gestão democrática da escola pública constitui princípio legal no Brasil e é entendida como um caminho possível para a conquista de educação de qualidade para todos. Nessa perspectiva, a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996 prevê no seu artigo 3º, inciso VIII, que o ensino será ministrado com base, entre outros princípios, na “gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1996), referendando um princípio já determinado pela Constituição Federal de 1988. Segundo o inciso VI do artigo 206 da referida constituição, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 1988), é um dos princípios com base nos quais o ensino será ministrado.

A citada LDBEN confere aos sistemas de ensino a autonomia de definir as normas da gestão democrática da educação básica. Porém, determina, nos incisos I e II do artigo 14, os princípios de acordo com os quais tais sistemas definirão essas normas, a saber: “I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas pressupõe participação não apenas da comunidade escolar nos processos decisórios da escola. Esse princípio caracteriza-se pela participação dos diversos segmentos da comunidade escolar e local nas tomadas de decisões, bem como na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola. Por isso, relaciona-se diretamente à qualidade social da educação pública.

Nesse sentido, destaca-se a importância da existência de órgãos colegiados atuantes nas escolas. Segundo Dourado (2006, p. 61), o Conselho Escolar é um órgão colegiado que “deve contar com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar”. A atuação competente desse órgão é fundamental para a implementação da gestão democrática, através da qual a escola adquire autonomia para a construção de projetos, com ações voltadas para as especificidades da comunidade na qual está inserida. A autonomia, nesse sentido,

significa liberdade para decidir o que é melhor para a escola e para a comunidade, sem, contudo, descumprir a legislação educacional.

Na década de 1980, o Colegiado Escolar contava com a participação de grupos comunitários, que eram entendidos como integrantes da comunidade escolar (MINAS GERAIS, 1983). Desde a década de 1990, porém, a participação de grupos comunitários foi suprimida da legislação. A Resolução da SEE/MG nº 2.034, de 14 de fevereiro de 2012 (MINAS GERAIS, 2012) define, no artigo 2º, que o Colegiado Escolar é composto por representantes dos profissionais em exercício na escola e da comunidade atendida pela escola. No mesmo artigo, a resolução estabelece que a comunidade atendida pela escola é constituída por aluno do ensino médio ou de qualquer nível de ensino, se tiver idade igual ou superior a 14 anos; e por pai ou responsável por aluno do ensino fundamental menor de 14 anos.

A restrição do entendimento sobre comunidade escolar na legislação atual parece uma contradição. Justamente no momento em que a legislação nacional prevê a participação da comunidade local nas decisões da escola, como forma de democratização da educação, em busca de uma escola pública de qualidade, o Colegiado Escolar nas escolas estaduais de Minas Gerais não possui representantes da comunidade local.

Na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, assim como nas demais escolas estaduais de Minas Gerais, o órgão correspondente ao Conselho Escolar, denominado Colegiado Escolar, conta apenas com representantes de professores, demais servidores da escola, alunos e pais de alunos. Da forma como é organizado hoje, foi criado oficialmente em 1992, em atendimento às orientações da SEE/MG, à época em que acabava de ser instituída no Estado a eleição de diretor de escola pela comunidade escolar.

Na reforma educacional da década de 1990, esse órgão foi oficializado para atender à política de descentralização do Estado de Minas Gerais, que transferia responsabilidades para as escolas e previa, inclusive, participação do órgão colegiado no financiamento da educação (TEIXEIRA, 2013). Esse é o contexto da institucionalização do Colegiado Escolar nas escolas estaduais mineiras naquela década. Sabe-se, no entanto, que os órgãos colegiados estão previstos legalmente, não como forma de desresponsabilizar o Estado, mas como mecanismos de democratização das escolas, em prol de uma educação de qualidade para todos.

Essa forma como foi oficializado o Colegiado Escolar, na reforma educacional de Minas Gerais da década de 1990, pode ter contribuído para uma participação pouco significativa do órgão em muitas escolas. Mesmo assim, a sua existência sinaliza para o diretor que ele não é o único responsável pela escola. A comunidade hoje entende que o diretor não pode nem deve fazer o que bem entender na instituição sob sua direção. Legalmente, existe esse órgão que tem a responsabilidade de compartilhar a gestão escolar. Esse compartilhamento, no entanto, não se restringe à participação nas questões administrativas e financeiras da escola. O órgão colegiado tem função político-pedagógica, que se concretiza, sobretudo, na sua participação efetiva na elaboração, no acompanhamento e na avaliação do Projeto Político-Pedagógico da instituição. A gestão democrática da escola “requer autonomia, participação, criação coletiva dos níveis de decisão e posicionamentos críticos que combatam a ideia burocrática de hierarquia” (BRASIL, 2004, p. 24).

A função desse órgão na prática, infelizmente, ainda é muito restrita ao cumprimento do que é obrigatório, ou seja, assinar documentos, principalmente aqueles referentes à prestação de contas. Acredita-se, no entanto, que essa realidade está em processo de mudança, pois as SREs – Superintendências Regionais de Ensino estão desenvolvendo ações em prol disso. Estão orientando os gestores escolares a promoverem a capacitação dos colegiados. Inclusive, as primeiras capacitações da SRE de Coronel Fabriciano deste ano de 2013 iniciaram-se no mês de abril e continuarão a ocorrer até o fim do ano, com pautas elaboradas a partir de legislação estadual, mas focalizando sempre os cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC, 2004).

O Caderno 1 do referido programa cita as atribuições dos Conselhos Escolares. Entre as várias atribuições citadas no documento, destacam-se: a elaboração do Regimento Interno do Conselho Escolar; a coordenação do processo de discussão, elaboração ou alteração do Regimento Escolar; a garantia de participação das comunidades escolar e local na definição do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; a promoção de relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura da comunidade local; a proposição e a coordenação de alterações curriculares na unidade escolar, respeitada a legislação vigente, a partir da análise, entre outros aspectos, do

aproveitamento significativo do tempo e dos espaços pedagógicos na escola (BRASIL, 2004, p. 48).

Por esses poucos exemplos, já se vê que um órgão colegiado tem função político-pedagógica e é, portanto, corresponsável pelo oferecimento de educação de qualidade na escola pública. Do ponto de vista da democracia, a gestão escolar constitui um ato político-pedagógico, o qual se efetiva por meio da participação cidadã nos processos decisórios da escola, o que é desejável e possível de acontecer, principalmente se houver órgão colegiado atuante e consciente da importância do seu papel para a conquista cotidiana de qualidade na escola pública.

A realidade ainda está distante do desejável, o que é compreensível diante da história de autoritarismo político no país. Porém, tal compreensão não justifica o comodismo. A participação não é mesmo natural e, diante dessa premissa, a tarefa é desconstruir a cultura das práticas autoritárias na escola e, conseqüentemente, construir a cultura da participação. Aprende-se a ser cidadão participativo à medida que se pratica a participação, cuja efetivação não é garantida apenas pela determinação legal. Esta acontecerá, de fato, mediante a conscientização e a busca constante dos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, o papel do Colegiado Escolar é de fundamental importância. Ele é o principal responsável pela conquista diária da participação da comunidade escolar e local nas decisões da escola.

Diante da importância do compartilhamento do poder nas escolas, torna-se necessário que a gestão da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, bem como seu Colegiado Escolar e todos os envolvidos no processo educativo, busque estratégias para avançar no exercício da democracia. É preciso garantir uma participação mais ativa do Colegiado Escolar nas decisões da escola, o que levará esse órgão e, conseqüentemente, a gestão da escola a cumprirem cada vez mais sua função político-pedagógica. Assim, a gestão escolar estará a serviço da melhoria constante da qualidade social da educação oferecida aos alunos.

Os gestores escolares de um modo geral reclamam da dificuldade de envolver os diferentes segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios da escola, inclusive na elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Diante disso,

naturaliza-se a crença de que a comunidade escolar e local não gosta de participar. Conseqüentemente, muitos gestores assumem para si as decisões. Parece mais fácil e cômodo do que buscar estratégias de mobilização das pessoas para a participação.

Mas, conforme argumenta Japecanga (2000), é um equívoco considerar desinteressados, alienados ou descomprometidos os segmentos que não participam da gestão da escola. Na verdade, a variável poder incide fortemente sobre as relações que se estabelecem na escola, o que dificulta a democratização das mesmas. A falta de interesse dos diferentes segmentos acaba sendo usada como pretexto e o que parece ser apenas uma questão de comodidade e facilidade torna-se uma oportunidade para o exercício do poder e, conseqüentemente, para a prática do autoritarismo na gestão escolar. É preciso entender como a variável poder incide sobre a democratização da escola pública, mais especificamente na democratização das relações nesse espaço.

A mencionada aparente naturalidade da não participação na escola pode gerar insatisfação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e a relação escola-comunidade pode tornar-se praticamente inexistente, quando não conflituosa. Conseqüentemente, será difícil para o diretor garantir educação de qualidade, já que a democratização e a participação são fundamentais na luta por essa qualidade. Portanto, é fundamental que o gestor partilhe o poder, busque a participação da comunidade escolar nos processos decisórios da escola. Assim, as pessoas decidem e fazem o que é para ser feito, o que é diferente da passividade de executar o que é decidido pelos outros.

Segundo Japecanga (2000), essa ideia de participação ligada à execução é a que tem predominado nas escolas, levando-as a acreditarem que são democráticas, quando na verdade suas ações são centralizadas. Ou seja, as decisões são tomadas pelo diretor ou por pequenos grupos de pessoas mais diretamente ligadas a ele. O Colegiado Escolar ratifica tais decisões e as mesmas são executadas por aqueles definidos como os executores. É urgente, portanto, rever a ideia de participação e a forma de atuação do Colegiado Escolar, na perspectiva de uma gestão escolar que seja, de fato, democrática.

As escolas precisam vencer o desafio de promover a participação da comunidade escolar e local nos seus processos decisórios, sobretudo na elaboração do seu planejamento, expresso no Projeto Político-Pedagógico. Esse documento é o

principal instrumento para a construção da gestão participativa da escola. Ele deve ser fruto de decisões coletivas, expressar os anseios e necessidades daqueles a quem se destina. Nesse sentido, o Colegiado Escolar precisa participar da gestão da escola, para que ela seja transparente e democrática, em prol de uma escola pública de qualidade para todos.

Para que aconteça a gestão participativa, é importante que esteja claro para o Colegiado e toda a comunidade escolar a importância da participação, seu objetivo e quem serão os beneficiados com o processo participativo. Estabelecido esse primeiro passo, a escola, por meio da participação, começa a construir a sua autonomia, ainda que esta seja muito relativa diante da estrutura verticalizada do sistema educativo. Mas, pelo menos é possível trabalhar em grupo, construindo relações democráticas na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa contribuem para que as escolas avancem no exercício da democracia. Apresenta os pontos fracos da atuação do Colegiado Escolar, bem como da gestão da escola, mas aponta caminhos para a superação dos mesmos. Conclui-se que a existência desse órgão colegiado é um grande passo para a democratização da escola, mas é preciso que ele, juntamente com a direção da escola, assuma efetivamente a sua função político-pedagógica. A atuação desejável do Colegiado Escolar vai muito além de assinar documentos e referendar decisões já tomadas pelo diretor e/ou por grupos determinados da escola. Cabe-lhe participar ativamente dos processos decisórios da escola, sobretudo da definição, do acompanhamento e da avaliação do seu Projeto Político-Pedagógico.

Diante da realidade vivida por muitas escolas e da importância da gestão democrática da educação, novos esforços precisam ser empreendidos. Nesse sentido, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas, para que haja cada vez mais produção e divulgação de conhecimentos sobre a importância e a necessidade de democratizar as relações e os processos decisórios nas escolas. É fundamental que seja revista a ideia de participação, normalmente ligada à ideia de execução, que nelas predomina. Participar é ter poder de decisão. Não poder centralizado, mas poder partilhado.

Como constatado ao longo deste trabalho, a partilha do poder não é natural, ela é construída cotidianamente. Sendo assim, principalmente em um país como o Brasil, com forte história de autoritarismo político, chegar aonde já se chegou não é o suficiente para dizer que se vive em uma sociedade democrática e/ou que a gestão democrática é realidade nas escolas, mas é um indicador de que é possível desconstruir a cultura da não participação em prol da participação ativa como o caminho possível para a conquista de educação de qualidade para todos. A gestão democrática é princípio legal que, embora ainda de forma incipiente, já foi implantado na maioria das escolas através da criação do Colegiado Escolar (ou Conselho Escolar, conforme o caso). O desafio agora é melhorar a sua atuação e, para isso, novas pesquisas serão de grande valia.

## REFERÊNCIAS

BELO ORIENTE. **Projeto político pedagógico**. Belo Oriente: Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, 2013.

BRASIL. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares**, Caderno 1. Brasília: MEC/SEB, 2004.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 24 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) >. Acesso em: 24 mai. 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil**. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, 2006.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A democratização das relações de trabalho na escola pública básica. **Revista ORG & DEMO**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, 2000. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357> >. Acesso em: 20 mar. 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 2.034, de 14 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. **Diário Oficial do Estado**. Belo Horizonte, 14 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. Resolução nº 4.787/1983. Institui os colegiados na rede de escolas estaduais. **Diário Oficial do Estado**. Belo Horizonte, 28 out. 1983.

TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **O que foi feito do colegiado de escola em Minas Gerais?(1983-1999)**. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/EDU/edu1606.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2013.

**ANEXO: Projeto Político-Pedagógico**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL  
JOÃO HEMÉTRIO DE MENEZES**

**IONISE CORRÊA PIMENTA ROVEDA  
MARIA ALVES DE ALMEIDA**

**BELO HORIZONTE**

**2013**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL JOÃO  
HEMÉTRIO DE MENEZES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial, sob orientação da Professora Wilma Aparecida Soares Luna, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE**

**2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	3
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
2.1. Estrutura Administrativa .....	7
2.2. . Estrutura Pedagógica .....	10
3. CURRÍCULO .....	18
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	24
7. AVALIAÇÃO.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	29
REFERÊNCIAS .....	30

## INTRODUÇÃO

A Escola Estadual João Hemétrio de Menezes localiza-se à Rua Roraima, 125; Bairro: Novo Oriente, Belo Oriente – Minas Gerais; CEP: 35195-000; telefone: (33) 3253-2261. Oferece Ensino Fundamental e Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio. Pertence ao Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, atende a uma média de 1.200 (um mil e duzentos) alunos e possui no seu quadro de profissionais, além do diretor: três vice-diretores, um secretário escolar, três pedagogos, sessenta e quatro professores (dois em ajustamento funcional, um afastado da sala de aula pelo fato de já ter quarenta e cinco anos de idade e vinte e cinco de regência), seis assistentes técnicos da educação básica e dezoito auxiliares de serviços da educação básica.

Conforme diz Azevedo (2002), as lutas pela redemocratização da política no Brasil incidiram também na democratização da gestão do ensino. Nesse sentido, a escola em foco teve ao longo dos tempos muitas conquistas, entre elas uma gestão eleita pela comunidade escolar e, conseqüentemente, seus processos decisórios compartilhados com o Colegiado Escolar. Muitos pais de alunos e outras pessoas da comunidade estão presentes, não somente em reuniões formais como aquelas realizadas para entrega de resultados e aprovação de prestações de conta, mas também no desenvolvimento de projetos intra e extraescolares.

Apesar disso, considera-se que a escola tem hoje uma parceria razoável com a comunidade, uma vez que ainda é preciso alcançar uma parcela de pais que estão distanciados da vivência escolar. Portanto, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes lança metas que visam buscar a participação desses pais ausentes. Ressalta-se, no entanto, que até mesmo os pais menos participativos depositam confiança no trabalho da escola, o que demonstra não ser impossível mobilizá-los para a participação ativa nos projetos da escola. Essa mobilização vem sendo feita, inclusive, com a ajuda daqueles pais que já são participativos e querem contribuir ainda mais para a conquista de uma educação de qualidade.

Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isso significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. (AZEVEDO, 2002).

Como não poderia ser diferente, este Projeto Político Pedagógico foi elaborado com a participação ativa de representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, e, portanto, expressa os seus anseios. Para a sua construção, programou-se uma reunião administrativa em que houve uma breve definição do mesmo, através de vídeos e documentos escritos contendo textos informativos sobre o que é e como pensar no Projeto Político Pedagógico da escola. Foram propostas algumas questões para serem respondidas individualmente e partiu-se, a seguir, para a construção coletiva do documento. No segundo momento, foram separados grupos por modalidades de ensino, para facilitar o processo de construção do projeto.

Optou-se pela construção coletiva do documento para assegurar que todos os atores da comunidade escolar estejam envolvidos no processo educativo da escola e também por acreditar na importância da gestão democrática como o caminho possível para a conquista da educação pública de qualidade. Conforme destaca Sousa (2009, p. 30) “a participação coletiva constitui um importante princípio norteador do projeto político-pedagógico”.

Assim, é possível repensar o papel da escola e dos professores na construção de uma educação pública de qualidade, condizente com as transformações da sociedade contemporânea. É o que defende Oliveira (2003), ao discutir o processo de construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola.

## 1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

A Escola Estadual João Hemétrio de Menezes pauta seus fins educacionais em parâmetros nacionais do ensino e nos objetivos gerais do mesmo. A instituição propõe estabelecer e introduzir ações planejadas e compartilhadas, tanto no que se refere ao desenvolvimento pedagógico, embasando-o nas legislações vigentes e respeitando a organização curricular, como no âmbito físico e social, com o fim de promover a construção social do saber.

De acordo com Horta (1991), há três concepções de política educacional e cada uma delas reflete à sua maneira no planejamento educacional. A primeira delas, uma concepção ingênua, acredita que a educação tem autonomia suficiente para se autplanejar e alcançar seus fins. Uma segunda concepção, de caráter mais liberal, defende a ideia de que os interesses coletivos definem os rumos da educação, inclusive as tomadas de decisões. Por fim, uma terceira concepção, mais realista, reflete relações entre o poder e o saber na sociedade, à medida que decisões são tomadas no âmbito do planejamento, mas sem desconsiderar a política do Estado. Ou seja, há um jogo de poder na definição do planejamento da escola.

Na perspectiva da última concepção de política educacional, é que a Escola Estadual João Hemétrio de Menezes elaborou coletivamente este projeto político-pedagógico. Partiu-se do princípio de que a ideologia capitalista, presente nos interesses dos grupos hegemônicos, convive com forças opostas ou contraditórias reais na escola e que esta constitui foco de transformação da realidade sem, contudo, ignorar as políticas dos sistemas de ensino. Isso é possível através de um planejamento eminentemente político, com a participação da comunidade escolar.

Com essa prática de planejamento, a instituição busca, com ênfase, favorecer o desenvolvimento do educando, integrando-o ao meio físico e social. Para tanto, baseia-se legalmente no princípio da “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996), conforme prevê a LDBEN nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 3º, inciso IX. No seu cotidiano, desenvolve projetos culturais e interdisciplinares que, além de fundamentar todo o currículo escolar, favorecem a integração de toda a comunidade escolar.

A educação nesta escola é fundamentada em valores necessários à formação de cidadãos comprometidos com o bem comum. Baseia-se na humanização e na

autonomia, proporcionando ao educando a oportunidade de desenvolver-se livremente, orientando-o para suas responsabilidades. Visa ainda à orientação de educadores comprometidos com o ensinar e o aprender, capazes de reconhecer a importância da participação familiar no processo educacional. Acredita-se que o aluno constrói conhecimento e, ao mesmo tempo, forma-se para a vida, à medida que a escola e a família oportunizam-lhe valores como respeito, solidariedade, amizade, honestidade, entre outros.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1. Estrutura Administrativa**

O grupo que administra a Escola Estadual João Hemétrio de Menezes é formado pelo Diretor, seus Vice-diretores e o Colegiado Escolar, que compartilham suas decisões com os demais membros da comunidade escolar. O Diretor é um educador, admitido na forma da lei, qualificado, devidamente habilitado, escolhido pela comunidade, em votação direta, após aprovação no Exame de Certificação Ocupacional de Dirigente Escolar, promovido pela SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, ficando sua nomeação a cargo do Governador do Estado.

É função específica do Diretor ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola. Na sua ausência, suas atribuições são assumidas por um vice-diretor. Segundo Cury (2006, p. 3), ao gestor cabe assumir e liderar a efetivação dos direitos educacionais. Dentre as várias funções do Diretor da escola em questão, destacam-se: administrar o patrimônio da escola; coordenar a administração financeira e de pessoal; favorecer a gestão participativa; orientar o funcionamento da secretaria; participar do atendimento escolar no município; representar a escola junto aos demais órgãos e agências sociais do município; coordenar a elaboração, implementação e avaliação do plano de desenvolvimento da escola; convocar e presidir reunião de pais, professores e pessoal administrativo; orientar, supervisionar e coordenar o serviço pedagógico; promover festivais e outros empreendimentos em prol da Caixa Escolar Júlia Veríssimo de Souza.

O quadro de funcionário da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes encontra-se organizado da seguinte forma: 01 Diretor, 03 Vices- diretores, 03 Pedagogos, 01 Secretário Escolar, 06 Auxiliares de Secretaria, incluindo Auxiliar de Área Financeira, 03 Professores em Ajustamento Funcional, 08 Professores Regentes de Turmas, 01 Professor Regente de aulas fora de sala de aula (por ter 45 anos de idade e 25 de regência); 49 Professores regentes de aulas do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio); 03 Professores de Apoio, 01 Professor para Ensino do Uso da Biblioteca e 16 Auxiliares de Serviços da Educação Básica. Ao todo, são 95 funcionários que, ao

longo dos tempos, têm trabalhado em prol do alcance de metas estabelecidas pela SEE/MG, pela SRE – Superintendência Regional de Ensino e, claro, pela própria comunidade escolar.

A escola tem um excelente prédio, com uma boa infraestrutura, e dispõe das seguintes dependências: 14 salas de aula, com ventilador; secretaria, com ar condicionado; sala de pedagogo; sala de vice- direção; diretoria; sala de professores com armários individuais, computadores com acesso a Internet e ar condicionado; sala de multimídia completa; laboratório de informática; laboratório de ciências; 01 biblioteca informatizada; 02 quadras poliesportivas cobertas; espaços adaptados para pessoas com necessidades especiais, como rampa e banheiros adequados; 02 cozinhas, 01 com fogão à lenha e a outra com fogão a gás; e refeitório com mesas e bancos.

Quanto aos recursos financeiros, os que foram recebidos durante o ano de 2012 pela escola encontram-se relacionados no quadro abaixo.

Recursos	A que se destina	Valores repassados
Merenda Escolar	Aquisição de merenda escolar, sendo que do valor recebido 40% é destinado à agricultura familiar e compra de carne.	R\$ 66.380,00
CX – Dinheiro da Caixa Escolar	Material de consumo. Manutenção - pequenos reparos. Compra de material – lápis, borracha, caderno.	R\$ 29.805,00
PDDE – Dinheiro Direto na Escola	50% do valor de custeio – manutenção. 50% do valor – capital.	R\$ 8.682,60
Parcela extra	Mobiliário	R\$ 1.190,00
Parcela complementar	Dois termos: 1º - Só para papelaria 2º - Só para jogos e materiais paradidáticos.	R\$ 7.500,00

PIP 1	Atendimento à educação básica (BD)	R\$ 1.200,00
PAAE	Extra com finalidade específica (xerox de avaliação)	R\$ 1.613,00
Verbas de Projetos		
Aprofundamento de estudo	Material de custeio	R\$ 1.540,00
GDP	50% capital 50% custeio	R\$ 3.700,00
PROETI	Aquisição de merenda escolar, sendo que do valor recebido 40% são destinados à agricultura familiar e compra de carne.	R\$ 6.545,00
Dinheiro Diretamente Arrecadado pela Escola		
RDA	Complementações definidas pelo Colegiado Escolar	R\$ 24.000,00
TOTAL ARRECADADO		R\$ 152.155,60

A Escola Estadual João Hemétrio de Menezes (em gestão anterior) foi beneficiada por verbas complementares adquiridas através de projetos emitidos a deputados, com o objetivo de fazer melhorias e ampliações no prédio, além de construções anexas ao mesmo. Por meio desses projetos, a escola foi agraciada com recursos para a construção de duas quadras poliesportivas cobertas, um laboratório de ciências, uma sala multimídia, reformas e ampliações.

A preocupação com a qualidade educacional da escola vai além de gastar os recursos por lei destinados à instituição. Todo ano, é realizada uma grande Festa Junina, com a promoção do bingo de uma motocicleta, que em 2012 custou R\$ 6.000,00 (seis mil reais). A organização desta festa inicia-se no começo do ano escolar. O primeiro passo é a eleição de líderes de turma e professores coordenadores de sala. Quando faltam três meses para o evento, tem início a gincana escolar entre as turmas. Distribuem-se as cartelas de bingos e uma lista contendo itens que cada sala deve arrecadar. Ao final, ganha a turma que vender o maior número de bingos e que completar a lista. A turma vencedora ganha 10% do

valor (líquido) arrecadado durante a festa. O recurso arrecadado é gasto conforme definição de todos os funcionários, priorizando o que deve ser adquirido. Já foi investido, por exemplo, na construção do refeitório, no auxílio financeiro à execução de projetos pedagógicos, na aquisição de máquina de xérox, de computadores para a secretaria, portão eletrônico, rede de internet, etc.

A escola procura praticar uma gestão financeira democrática, voltada para o alcance do seu objetivo maior, que é oferecer educação de qualidade aos seus alunos. Portanto, sua gestão financeira é planejada e compartilhada com a comunidade escolar.

A escola é instituição social criada pelos homens, tendo como objetivo a formação humana, a socialização dos saberes construídos historicamente e a construção de novos saberes. Para atingir os objetivos para os quais foi criada, a escola precisa, por meio dos atores nela envolvidos, planejar suas ações e estabelecer prioridades para que possa desenvolver as ações planejadas e cumprir a finalidade para qual foi criada. (DOURADO; MORAES; OLIVEIRA, s/d, p. 1).

## **2.2. Estrutura Pedagógica**

A Escola oferece Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio), porém os Anos Iniciais do Ensino Fundamental estão passando a ser, gradativamente, oferecidos pela Rede Municipal de Educação de Belo Oriente. A Escola também aderiu a Projetos da SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, objetivando melhor qualidade educacional e a inclusão dos alunos.

O quadro a seguir apresenta modalidades, turmas, turnos, horários e total de alunos da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes:

<b>Modalidade Oferecida</b>	<b>Número de turmas</b>	<b>Turno e Horário</b>	<b>Total de alunos</b>
Ensino Fundamental Anos iniciais	<b>5</b> 02 – 4º anos 03 – 5º anos	Vespertino 12:20 às 16:45h	120
Ensino Fundamental Anos Finais	<b>8</b> 02 – 6º anos 02 – 7º anos 02 – 8º anos 02 – 9º anos	Vespertino 12:20 às 16:45h	210
Ensino Médio	<b>14</b> 07 – 1º anos 04 – 2º anos 03 – 3º anos	Matutino 7:20 às 11:45h	540
Ensino Médio	<b>3</b> 02 – 1º ano 01 – 2º ano	Noturno 18:20 às 22:45h	130
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	<b>3</b> 01 – 1º P 01 – 3º P	Noturno 18:20 às 22:45h	100
<b>Total de Turmas</b>	<b>33</b>		
<b>Total Geral de Alunos</b>			<b>1100</b>

Projetos da SEE/MG aos quais a Instituição aderiu:

<b>Projeto</b>	<b>Turno</b>	<b>Turmas</b>	<b>Alunos Atendidos</b>
PROETI – Escola de Tempo Integral	Matutino	2	25
Aprofundamento de Estudos	Noturno	3	120
Professor de Apoio	Vespertino	02 (um aluno em cada turma)	2

Cada turno da escola tem um vice-diretor e um pedagogo, com vista a uma melhor organização e funcionamento da escola. Quanto à metodologia de ensino, a equipe diretiva da escola reúne-se mensalmente com todos os professores para fazer avaliação de como está sendo desenvolvida. Nesse momento, tem-se a oportunidade de aprender novas práticas metodológicas e se informar sobre Programas da SEE/MG, tais como: Formação Continuada, Magistra – A escola da escola, Rodas de Conversa. Todo planejamento deve estar de acordo com as Matrizes Curriculares. Os programas de cada disciplina ou conteúdo específico são elaborados pelos professores, auxiliados pela Equipe Pedagógica, com base em

orientações oficiais da SEE/MG, nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), CBCs (Conteúdos Básicos Comuns) e cadernos do CEALE/MG, adequando-os à realidade dos alunos e aos objetivos da escola.

A organização dos planejamentos dos professores é realizada bimestralmente. Acompanha-se a evolução de cada turma em específico, ficando assim mais prática a realização de intervenções pedagógicas. O calendário escolar é composto de 200 dias letivos, definidos com base em Resolução publicada pela SEE/MG, podendo a escola, através do Colegiado Escolar, realizar algumas intervenções.

A escola acredita que para o alcance dos seus objetivos é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma gestão participativa, com decisões democráticas. Acredita-se também que o processo de avaliação e práticas metodológicas deve ser constantemente objeto de reflexão, como oportunidade para mudanças e replanejamento de ações.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino-aprendizagem tem ênfase prioritária, à medida que se busca garantir a todos o direito de aprender. Nesse sentido, a escola assume o compromisso de formação de seres humanos e transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola.

A política educacional da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes segue parâmetros nacionais, havendo, por conseguinte, uma ligação sequencial entre as disciplinas para se chegar ao objetivo proposto para o ensino. A Sociologia, a Filosofia e a História integram-se, para que o aluno entenda as causas e os efeitos das ações humanas em um determinado tempo e espaço. O raciocínio lógico e abstrato se desenvolve a partir da interação entre a Química, a Física, a Arte, a Matemática e a Língua Portuguesa, em seus diferentes conteúdos. De um modo geral, esse conjunto de disciplinas leva o aluno a perceber e entender a sua importância como pessoa e como cidadão reflexivo diante do universo.

Os componentes curriculares da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio) são ordenados de acordo com a sequência e o tempo necessário para o seu desenvolvimento. A EJA tem objetivos, amplitude e profundidade de tratamento adequado às possibilidades e necessidades dos alunos.

A educação na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes é organizada com base na Resolução da SEE/MG nº 2197/2012<sup>1</sup>. O Ensino Fundamental estrutura-se em 04 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: Ciclo da Alfabetização, com duração de 03 (três) anos de escolaridade: 1º, 2º e 3º anos; Ciclo Complementar, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 4º e 5º anos; Ciclo Intermediário, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 6º e 7º anos; e Ciclo da Consolidação, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 8º e 9º anos (MINAS GERAIS, 2012).

Assim organizado, nos termos do artigo 32 da LDBEN nº 9394/96, o Ensino Fundamental tem por objetivo:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, 1996).

Adota-se, nos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, o Regime de Progressão Parcial em até 03 (três) conteúdos, com base na já citada Resolução da SEE/MG nº 2197/2012.

Os Ciclos da Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos. Os Ciclos Intermediário e da Consolidação devem ampliar e intensificar, gradativamente, o processo educativo no Ensino Fundamental, bem como considerar o princípio da continuidade da aprendizagem, garantindo a consolidação da formação do aluno nas competências e habilidades indispensáveis ao prosseguimento de estudos no Ensino Médio. (MINAS GERAIS, 2012).

---

<sup>1</sup> MINAS GERAIS. Resolução nº 2197/12. *Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências*. 2012. Disponível em: <[https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/resolucoes/doc\\_details/10317-resolucao-21972012-6709-kb-pdf0](https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/resolucoes/doc_details/10317-resolucao-21972012-6709-kb-pdf0) > Acesso em: 11 fev. 2013.

Propõe-se a realização de um trabalho inclusivo, de forma que, no processo de ensino-aprendizagem, seja valorizado cada aluno em especial. Com isso, busca-se entender e respeitar as diferenças de cada um.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental estão organizados conforme a seguir, de acordo com as áreas de conhecimento. I – Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua Estrangeira moderna; c) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical; e) Educação Física. II – Matemática. III - Ciências da Natureza. IV - Ciências Humanas: a) História; b) Geografia; V - Ensino Religioso.

O Tempo Integral é uma oportunidade oferecida aos alunos do Ensino Fundamental, cujo principal objetivo é melhorar a aprendizagem daqueles que demandam atenção especial do sistema educacional, ampliando sua permanência diária na escola. É direcionado aos alunos com defasagem de aprendizagem e necessidade socioeconômica. Dá ênfase ao letramento, à matemática e à ampliação de experiências artísticas, socioculturais e esportivas, por meio de oficinas.

Em consonância com o que prevê o artigo 35 da LDBEN nº 9394/96, o Ensino Médio é a etapa conclusiva da Educação Básica, com duração de 03 (três) anos e tem como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

O Ensino Médio adota a Progressão Parcial em até 03 (três) conteúdos. Intenta-se, com isso, elevar o nível de sucesso na vida escolar e melhorar as condições de permanência dos alunos na escola, de forma a ampliar o acesso e as taxas de conclusão, garantir a melhoria da eficiência no uso dos recursos disponíveis e da proficiência dos alunos. (MINAS GERAIS, 2012).

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio são organizados por área do conhecimento, conforme a seguir. I – Linguagens: a) Língua Portuguesa; b) Língua Estrangeira moderna; d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas,

plásticas e, obrigatoriamente, a musical; e) Educação Física. II – Matemática. III - Ciências da Natureza: a) Biologia; b) Física; c) Química. IV - Ciências Humanas: a) História; b) Geografia; c) Filosofia; d) Sociologia. Essa organização curricular deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

A escola oferece a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio), organizada em 03 (três) períodos semestrais, destinada àqueles que desejam retornar aos estudos, numa estratégia diferenciada. Os jovens são estimulados a continuarem aprendendo de forma autônoma e crítica, para que possam exercer sua cidadania e suas atividades profissionais com competência, numa sociedade em constante transformação.

Outra oportunidade oferecida pela escola é o Aprofundamento de Estudos, uma proposta que visa a melhorar o desenvolvimento intelectual e cultural do aluno. É oferecido aos alunos dos segundos e terceiros anos do Ensino Médio, em aulas extracurriculares, perfazendo um total de 15 (quinze) aulas semanais. O Aprofundamento de estudos é subdividido por áreas do conhecimento, a saber: humanas e biológicas. Nessas aulas, os alunos têm oportunidade de aprofundar os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas, de modo a melhorar seu preparo para a participação nos processos seletivos, em especial no ENEM e nos vestibulares.

A escola faz parte do Projeto Escolas-Referência e, como tal, desenvolve ações de integração entre professores, alunos e comunidade, por meio do GDP – Grupo de Desenvolvimento Profissional. O projeto envolve principalmente os alunos do Ensino Médio, mas durante sua execução abrange toda a comunidade escolar. O objetivo do mesmo é resgatar valores culturais, regionais e locais, revelando talentos através da leitura, da escrita e de manifestações artísticas.

O foco do acompanhamento e da avaliação das ações desenvolvidas na escola está centrado nos indicadores referentes aos resultados escolares, ao desempenho dos alunos, ao seu sucesso na vida escolar. Para tanto, sob a orientação da política educacional de Minas Gerais, a escola desenvolve o PIP – Plano de Intervenção Pedagógica.

O PIP é foco do olhar de todos os envolvidos no processo. A escola preocupa-se em cumprir todas as metas pactuadas e garantir bons resultados dos alunos nas avaliações internas e externas. Cria situações diferenciadas para atender

aos alunos que não se encontram no desempenho recomendável, através da elaboração e execução desse plano, em que as decisões devem ser discutidas e compartilhadas com os professores, o colegiado, especialistas e com a família dos alunos. Em busca do que prevê o Guia do Diretor, da SEE/MG, a grande meta é: “Nenhum aluno pode passar pela Escola ou sair dela sem que tenha consolidado as capacidades de leitura e escrita, fundamentais ao seu sucesso” (MINAS GERAIS, 2013, p. 35).

A gestão escolar busca garantir o acompanhamento contínuo das atividades docentes, apoiando e incentivando a utilização dos Guias do Professor Alfabetizador, do Guia do Especialista, dos Cadernos da SEE/MG elaborados pelo CEALE, dos CBCs, do Banco de Itens, dos Boletins Pedagógicos, dos materiais do PNLD, da biblioteca da sala e da escola, dos materiais disponíveis no ambiente virtual do CRV, dentre outros instrumentos didáticos e pedagógicos disponibilizados pela SEE/MG.

Para a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica, o coletivo da escola busca identificar os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem e quais são as causas do problema; estabelecer metas, priorizando o aprendizado do aluno com foco na ação do professor; definir as ações a serem trabalhadas coletivamente por todos os agentes envolvidos no processo; definir e dividir responsabilidades. Os professores se reúnem por áreas afins e pautam-se nos resultados já alcançados e nos desejados.

A cada ano, o Plano de Intervenção Pedagógica deve ser revisto e atualizado, mediante a situação de aprendizagem dos alunos e as suas necessidades reais. Faz-se a análise do que foi proposto, do que foi realmente implementado, do que deu certo, do que deve ser descartado e, a partir das questões o quê, onde, como e quem, refaz-se o plano.

A escola conta hoje com o Projeto Cívico Escolar, com atividades mensais e semanais. Mensalmente, acontece apresentação de trabalhos artísticos referentes às datas comemorativas do mês; semanalmente, executam-se o Hino Nacional e o Hino da Cidade.

Outro projeto da Escola é o SOLETRANDO, iniciado em 2012, com o objetivo de desenvolver, de forma prazerosa, habilidades de leitura e conhecimentos da Língua Portuguesa, despertando a curiosidade e a necessidade de pesquisar. Com isso, os alunos tornam-se cidadãos leitores, capazes não só de decodificar palavras

de um texto, mas interpretá-lo e também reproduzi-lo de forma criativa, conforme normas da Língua Portuguesa. Tem também o Sarau de Poesias que não só estimula os alunos a gostar da poesia como também conhecer seus escritores.

No Ensino Médio, são desenvolvidos vários projetos. No Projeto Mitologia Grega, os alunos fazem um paralelo entre a literatura grega e a realidade atual. Geralmente, é alugado um sítio para onde são conduzidos os alunos, para sistematizarem suas aprendizagens através do teatro. O Projeto Interação Social objetiva levar os jovens a refletir sobre a realidade social em que vivem, sobre a vida, seus sonhos e desejos, enfatizando a necessidade de ajudar o próximo. Tem culminância com uma visita ao Lar da Esperança. O Projeto Mostra de Profissão oportuniza aos alunos um conhecimento mais aprofundado sobre a escolha de sua profissão. Eles convidam pessoas da comunidade escolar para realizarem palestras falando de suas profissões e o mercado de trabalho. E são realizadas visitas a Centros Universitários (um Federal e dois Privados).

Além dos projetos já citados, existem outros. Há o Torneio de Futebol de Salão, que é realizado todo ano, com o fim de aprimorar habilidades previstas nos Conteúdos Básicos Comuns de Educação Física. Há também os projetos de Língua Portuguesa e Sociologia, que buscam aprimorar a leitura e o conhecimento, através do teatro e de outras vivências. Enfim, procura-se, durante o ano letivo, desenvolver uma metodologia de ensino que propicie aos alunos melhor desenvolvimento de habilidades de um modo geral.

### 3. CURRÍCULO

A escola pauta-se pela LDBEN nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seu artigo 26, reza que “os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela” (BRASIL, 1996).

A escola se preocupa em seguir a legislação e pautar-se em parâmetros nacionais da educação. Mas, ao mesmo tempo, desenvolve ações interdisciplinares em parceria com a comunidade, com vistas à articulação do conhecimento intra e extraescolar.

Os conteúdos curriculares da escola observam as diretrizes previstas no artigo 27 da LBDEN nº 9394/96, que são:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (BRASIL, 1996).

A análise de documentos da escola, bem como do Regimento Escolar e da Grade Curricular, mostra que a política de currículo ainda é centralizadora, hegemônica. Mas, cabe à escola, dentro da sua autonomia relativa, dar voz aos diferentes discursos adormecidos no seu interior, criando uma contra-hegemonia, capaz de valorizar a diferença cultural e a justiça social e, conseqüentemente, combater a exclusão via currículo escolar (LOPES, 2006, p.49). É isso que a Escola Estadual João Hemétrio de Menezes se propõe a fazer.

#### 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual João Hemétrio de Menezes está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização dos seus tempos e espaços escolares. A escola oferta anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental (sendo que os primeiros estão passando a ser, gradativamente, oferecidos pela Rede Municipal de Educação de Belo Oriente), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio, Tempo Integral, Educação Especial com Professores de Apoio e Aprofundamento de Estudos. A escola procura cumprir o que prevê o artigo 22 da LDBEN nº 9394/96 e, assim, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 1996).

A organização do trabalho da escola está especificada no regimento escolar, acessível a todos os interessados. Este contém normas administrativas e pedagógicas a serem observadas por todos os profissionais da instituição. O Ensino Fundamental é de 09 anos (05 anos iniciais mais 04 anos finais) e o Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, possui duração de 03 anos. A EJA – Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio é organizada em 03 períodos semestrais.

O Ensino Fundamental, ministrado com base na Resolução da SEE/MG nº 2197/2012, estrutura-se em 04 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: Ciclo da Alfabetização, com duração de 03 (três) anos de escolaridade: 1º, 2º e 3º anos; Ciclo Complementar, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 4º e 5º anos; Ciclo Intermediário, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 6º e 7º anos; e Ciclo da Consolidação, com duração de 02 (dois) anos de escolaridade: 8º e 9º anos (MINAS GERAIS, 2012).

Quanto à organização escolar em ciclos, acredita-se que esta oportuniza aos alunos maiores e melhores possibilidades de aprendizagem. É preciso vencer alguns paradigmas, como o da aprovação/reprovação, e focar em uma educação social de qualidade, de forma que a todos sejam garantidos acesso e permanência na escola, com sucesso. No entanto, como salienta Fernandes (2008), a mudança de série para ciclo só muda a unidade de medida de tempo, se não mudar a lógica das escolas. É necessário haver mudança nas práticas educativas, para que estas

garantam aprendizagens significativas e a escola cumpra de fato a sua função social. Os tempos atuais exigem novas concepções de ensino e de educação escolar. É nessa perspectiva que a Escola Estadual João Hemétrio de Menezes procura planejar suas ações e organizar seus espaços e tempos.

O Calendário Escolar prevê 200 dias letivos, com uma carga horária mínima de 800 horas anuais para os anos iniciais do Ensino Fundamental e de 833 horas e 20 minutos para anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. Nesse caso, são organizados 05 (cinco) módulos/aula de 50 minutos por dia letivo, perfazendo 4 horas e quinze minutos diários a duração do turno, excluindo-se os 15 minutos do recreio para considerar o tempo efetivo de aula, com professores e alunos juntos.

O primeiro turno de funcionamento da escola – o matutino – inicia-se às 7 horas e termina às 11 horas e 25 minutos. Nesse turno, a escola atende anos iniciais do Ensino Fundamental. O segundo turno – vespertino – vai de 12 horas e 30 minutos até 16 horas e 55 minutos para anos finais do Ensino Fundamental e de 12 horas e 30 minutos até 16 horas e 45 minutos para anos iniciais do Ensino Fundamental. O terceiro turno – noturno – tem início às 18 horas e 30 minutos e término às 22 horas e 55 minutos. Nesse turno, estudam os alunos do Ensino Médio – regular e EJA.

O planejamento formal de cada disciplina é feito pelo professor, sob a orientação da equipe pedagógica, com base nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais e nos CBCs – Conteúdos Básicos Comuns de cada componente curricular. É organizado de forma anual e é acompanhado bimestralmente, tanto pela equipe pedagógica da escola como pela equipe técnica da SRE – Superintendência Regional de Ensino.

Já o planejamento da rotina diária do trabalho pedagógico é realizado pelos professores reunidos por turmas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, reúnem-se por disciplinas e/ou conteúdos afins. Essa elaboração tem a orientação da equipe pedagógica, que auxilia no detalhamento do Plano de Ensino, tendo em vista sua operacionalização sistemática. Nesse planejamento, consideram-se as necessidades e os avanços já alcançados pelos alunos, a importância da intervenção pedagógica no tempo certo e a coerência que deve existir entre o que se planeja e as capacidades a serem desenvolvidas, bem como os descritores, as atividades e os conteúdos, que devem

ser trabalhados em consonância com os Cadernos da SEE/MG, elaborados pelo CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/FAE/UFMG e os Guias do Professor Alfabetizador.

Para a elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica, o serviço pedagógico, juntamente com os professores, pontua objetivos e estabelece metas e ações adequadas às situações prioritárias, focando os alunos com maiores dificuldades de aprendizagem. Nesse documento, são definidas e divididas as responsabilidades em relação à realização de trabalhos interdisciplinares, que são elaborados com base em análise dos boletins pedagógicos das avaliações internas e externas. Durante o ano escolar, o PIP é revisto e atualizado, para se adequar às exigências e necessidades do cotidiano escolar.

Durante o ano escolar, existe a reunião de Conselho de classe, que acontece bimestralmente, com o objetivo de discutir, refletir, analisar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos, fornecendo dados para o redirecionamento do trabalho dos professores e da equipe gestora da escola. Essa reunião é o momento não apenas para análise dos avanços dos alunos, mas também para análise do desempenho dos professores e de toda a equipe escolar, favorecendo a formação continuada dos profissionais da escola.

Quanto à organização do espaço físico, a escola conta com uma boa infraestrutura. Tem 14 salas de aula com ventilador, que atendem às exigências de até 35 alunos por sala. Para turmas com número de alunos superior a esse, o espaço das salas é inadequado. Tem uma secretaria ampla (com ar condicionado), sala de pedagogo, sala de vice-diretor, diretoria, sala de professores (com armários individuais, ar condicionado e computadores com acesso a internet), sala de multimeios, biblioteca em rede, laboratório de informática, laboratório de ciências, 02 quadras poliesportivas cobertas, espaços adaptados para deficientes (rampa e banheiros), 02 cozinhas (01 com fogão à lenha e a outra com fogão a gás), refeitório com mesas e bancos. Todo este espaço físico propicia uma melhor qualificação da ação educativa.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

A administração da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes é composta pelo diretor, pelos vice-diretores e o Colegiado Escolar. Ao diretor cabe a função específica de ser o articulador político, pedagógico e administrativo da escola.

Como nas demais Escolas Estaduais de Minas Gerais, os processos decisórios na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes seguem uma cadeia de normas que devem ser acatadas por todos os diretores. Paro (1991) entende que o Estado tinha no diretor das escolas uma função de gerente, cumpridor de normas e regras. Hoje, porém, entende-se que a gestão escolar vem, ao longo dos tempos, adquirindo uma forma mais democrática de ser.

Percebe-se que as decisões perpassam pela comunidade escolar, representada pelo colegiado e que o gestor escolar exerce democraticamente seu papel de líder, representante de uma comunidade que busca qualidade educacional. Conforme afirma Japecanga (2000 p.46), “a participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas”. Assim, há partilha do poder na escola e participação nas tomadas de decisões, em prol de uma educação que atenda às necessidades do seu público.

Partindo desse princípio, entende-se que a gestão democrática é a palavra de ordem em uma instituição que tem compromisso com a qualidade social da educação. No entanto, muito se tem que lutar por autonomia, pois esta ainda é muito relativa. A escola é muito limitada pela Superintendência Regional de Ensino que, por sua vez, submete-se aos limites da Secretaria de Estado de Educação.

No cotidiano escolar, a equipe diretiva procura definir ações coletivas, a fim de tornar o ambiente de trabalho mais harmônico, principalmente por se tratar de uma escola grande. Cada turno conta com um vice-diretor e um pedagogo. Internamente, a escola conta com “autonomia” administrativa, conseguindo chegar a ser uma escola referência do Estado de Minas Gerais. Porém, no que tange aos órgãos superiores, ou seja, externos, existem problemas aparentemente simples, mas que para os administradores externos são difíceis de resolver, como, por exemplo, as salas de 3º ano do Ensino Médio, com 54 alunos cada uma.

O quadro a seguir apresenta resumidamente a organização da escola e as funções de cada segmento e como ocorrem os seus processos decisórios.

Administração da Escola ⇔ Diretor, Vice-diretores e Colegiado Escolar					
Quadro de funções					
Diretor e Vice	Colegiado	Pedagogo	Secretário e ATBs	Professor	ASBs
Eleitos pela comunidade escolar, o que contribui para a prática da gestão democrática.	Também eleito pela comunidade escolar, tem função consultiva e deliberativa. É composto por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.	Responsável pela organização pedagógica da Escola.	Cuidam da escrituração escolar, da execução e do controle das normas administrativas, da documentação e dos arquivos escolares.	Desempenha todas as atividades que por sua natureza e especificidade fazem parte das atribuições dos docentes.	Responsáveis pela conservação e limpeza diariamente visando à higiene e conservação do patrimônio.

Vale lembrar que esta escola pauta suas decisões na Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar, sendo que a primeira é construída coletivamente e, por isso, retrata os anseios da comunidade escolar.

Além da eleição direta para a direção e o colegiado, também é prática corrente na escola a eleição do professor e do aluno coordenadores de sala. O processo de enturmação para este ano (2013) iniciou-se com a participação de um dos pais eleitos pelos demais. Quanto ao grêmio estudantil e à associação de pais, são apenas previstos no Regimento Escolar. Ainda não foram efetivados. Existem também parcerias com ex-alunos, que se formam e regressam como voluntários, a exemplo de uma Psicóloga que, dentro de sua disponibilidade, atende voluntariamente alunos da escola, e outros que desenvolvem atividades na instituição.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Os professores da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes são privilegiados, pois a cidade de Belo Oriente se localiza no leste de Minas Gerais, onde se situam várias instituições de ensino superior, o que foi um grande facilitador para que o corpo docente dessa instituição se graduasse. No entanto, ainda há uma professora regente de turma com formação inicial apenas de nível médio.

Quanto aos demais servidores, os Auxiliares de Secretaria todos possuem formação inicial de nível médio. Os auxiliares de serviços gerais que não possuem nível médio de escolaridade estão adquirindo através de incentivos de cursos a distância, oferecidos pelos Governos Estadual e Federal.

Com relação à formação continuada, é difícil oferecê-la na escola, devido à falta de tempo disponível para esse fim. No entanto, atualmente existem algumas oportunidades, como a Plataforma Freire, a nível nacional, e a Magistra – a Escola da Escola, que faz parte da política educacional de Minas Gerais. Os profissionais da escola são incentivados a fazerem cursos através desses dois espaços de formação continuada.

Os diferentes segmentos profissionais da escola têm consciência de que uma das maneiras de compreender a natureza social das normas e regras é aprender a formulá-las no convívio escolar, dentro dos limites da instituição, enfatizando-as como organização coletiva, permitindo aos alunos discutir sobre seu comportamento e hábitos escolares. Assim, as vias adotadas para a concretização das relações na escola não assumirão posições extremistas de imposições de regras. Ao contrário, nessa perspectiva, o processo dialógico é a base para a construção das normas e regras da vida humana.

Nesse sentido, faz-se necessária a democratização das relações de trabalho na escola. Essa democratização depende da existência de alguns elementos básicos, a saber:

- 1) a eliminação do autoritarismo centralizado; 2) a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e o distanciamento em relação, principalmente à comunidade; 3) a eliminação do binômio dirigente/dirigido; 4) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia-a-dia. (JAPECANGA, 2000, p.48).

No âmbito da sala de aula, educadores e educandos estabelecem princípios de convivência para a organização do trabalho escolar. Esses princípios são elaborados juntamente com as lideranças das turmas, corpo docente, especialista de educação e direção, observando que nenhum princípio poderá ser estabelecido sem levar em conta a legislação vigente. A escola e a família constroem uma relação de parceria, respeitando e estabelecendo os papéis que competem a cada um, buscando uma participação comprometida de todos os segmentos da comunidade escolar.

Os funcionários têm conhecimento de que a articulação e a integração dos mesmos são essenciais para garantir o êxito da escola. Sendo assim, Diretor, Pedagogos e docentes da escola, durante todo o ano letivo, articulam-se e integram-se por meio de reuniões administrativas e pedagógicas, Conselho de Classe e Colegiado Escolar, encontros diversos, atividades sociais, cívicas e culturais. O grupo de profissionais da escola é coeso. Todos trabalham em equipe, reunindo-se por áreas afins, turmas e turnos, existindo, assim, um trabalho coletivo, de formação integral.

Em relação à disciplina dos alunos, existem no Regimento da escola as regras e os princípios a serem observados. Quando as descumprem, os alunos são encaminhados ao vice-diretor ou serviço pedagógico. Havendo necessidade, os pais são chamados. Afora o motivo de disciplina, existe um cronograma de reuniões que é respeitado, mas a escola está sempre aberta aos pais.

Em relação aos profissionais da escola, caso necessitem de orientação sobre o bom relacionamento, já é prevista em Regimento Escolar a advertência pela direção da escola. Tal advertência é realizada por meio de uma conversa amigável, afim de que se reestabeleçam os princípios de afetividade e harmonia na escola.

## 7. AVALIAÇÃO

Na Escola Estadual João Hemétrio de Menezes, procura-se desenvolver uma concepção de avaliação condizente com a perspectiva de crescimento da instituição. Tanto a avaliação institucional quanto a avaliação da aprendizagem são entendidas como instrumento a favor da transformação da realidade da escola. Parte-se do princípio de que ao avaliar reúnem-se subsídios para a tomada de decisões e o replanejamento de ações, conforme defende Luckesi (2003).

No que se refere à avaliação institucional, Stein (2002, p. 15) relata:

A avaliação institucional tem se revelado um “recurso útil” ao MEC, aos administradores escolares e empresariais, de órgãos públicos e privados para o controle da qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade.

As avaliações externas têm contribuído para que a sociedade esteja cada vez mais atenta aos indicadores educacionais, analise detalhadamente o IDEB – Índice de Desenvolvimento de Educação Básica da escola e suas proficiências obtidas no SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública. Vale lembrar que a partir deste ano (2012) as notas obtidas nas avaliações externas são afixadas em local visível da escola, o que dará melhor condição à comunidade local de acompanhar o IDEB da instituição.

A avaliação institucional inclui a avaliação de desempenho dos profissionais da escola, que também é utilizada como um meio de promoção da qualidade do trabalho escolar. Tal avaliação é realizada democraticamente na escola, valorizando os seus profissionais como agentes de transformação da educação e, ao mesmo tempo, procurando identificar falhas a serem corrigidas, em prol da melhoria da instituição como um todo. Esse processo avaliativo é abrangente, pois avalia todos os segmentos e utiliza variados critérios, incluindo as dinâmicas e relações de trabalho. Acredita-se que “para avaliar algum objeto é fundamental que sejam estabelecidos critérios. Caso contrário, não se saberá o que olhar, o que observar e, nem mesmo, o que perguntar” (NAVARRO, 2004, p. 40).

Nesse processo de avaliação de desempenho, todo servidor apresenta um PGDI – Plano de Gestão de Desempenho Individual, onde coloca suas intenções educacionais, traçando metas e ações a serem desenvolvidas durante o ano. A

partir daí, é feita a Avaliação de Desempenho de cada servidor, observando o cumprimento ou não do que foi proposto, buscando sempre o diálogo com quem não alcançou o cumprimento de suas metas e/ou não desenvolveu as ações propostas.

A direção da escola, por sua vez, é avaliada pela Superintendência Regional de Ensino. Para tanto, toma-se como parâmetro o cumprimento, pela escola, das metas da SEE/MG – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, expressas na sua política educacional.

Em relação à avaliação da aprendizagem dos alunos, ainda há quem a associe instantaneamente a provas escritas, longas, difíceis e estressantes. Acredita-se, no entanto, que ela deve enfatizar o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno. Indica não apenas se houve ou não aprendizagem, mas, principalmente, sinaliza caminhos para melhorá-la, permitindo que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância. Nesse sentido, a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxiliam na tomada de decisões em sala de aula. Nesse contexto, a elaboração de testes ou provas e a atribuição de notas incluem a interpretação e o uso dos resultados obtidos.

A direção, o corpo docente e os especialistas reúnem-se para analisar os resultados das avaliações e elaborar o PIP – Plano de Intervenção Pedagógica. Com esse plano, a escola intenta aprofundar a compreensão e a apropriação dos resultados das avaliações internas e externas, para a definição de estratégias destinadas à melhoria do desempenho dos alunos.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados externos do SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública, constituído pelo PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, pelo PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização e pelo PAAE – Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar, são considerados para a elaboração anual do PIP – Plano de Intervenção Pedagógica pela escola.

O PROEB avalia anualmente os alunos dos 5<sup>os</sup> e 9<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental e os 3<sup>os</sup> anos do Ensino Médio e o PROALFA, os alunos do 3<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental. O PAAE avalia alunos do 1<sup>o</sup> ano do Ensino Médio e está se estendendo aos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. As avaliações desse programa são aplicadas em duas etapas anuais: a avaliação diagnóstica,

geralmente aplicada em março, e a contínua, que costuma ser aplicada em outubro ou novembro.

Os instrumentos de avaliação utilizados pela escola são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do aluno pelo professor, em conformidade com os dizeres do Art. 24, Inciso V, alínea a da LDBEN nº 9394/1996, que prevê a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais” (BRASIL, 1996). Tais instrumentos são diversificados: trabalhos (que são orientados pelo professor), avaliações dissertativas, avaliações objetivas, exercícios variados, recursos lúdicos, textos, livros paradidáticos, debates, gincanas, projeto interdisciplinar, observação do desempenho do aluno, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e a equipe diretiva para oferecer um ensino de qualidade a todos.

No Ensino Fundamental e Médio, as observações e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas são registradas no diário de classe dos professores e os resultados lançados no SIMADE – Sistema Mineiro de Administração Escolar pelo pessoal da secretaria. Ao final, são impressos os pontos cumulativos, assim distribuídos: 20 (vinte) pontos no primeiro bimestre, 25 (vinte e cinco) pontos no segundo e no terceiro bimestres e 30 (trinta) pontos no quarto bimestre, totalizando 100 (cem) pontos.

Os pontos de cada bimestre são distribuídos a critério dos professores, obedecendo a um quantitativo de no mínimo 03 (três) atividades avaliativas. Nenhuma avaliação a que for submetido o aluno poderá ter valor superior a 40% (quarenta por cento) do total de pontos do bimestre e na distribuição de pontos de cada bimestre é dada preponderância aos aspectos qualitativos.

A escola realiza bimestralmente reuniões de Conselho de Classe para discutir situações escolares e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Essas reuniões partem do resultado obtido pelo aluno no decorrer do bimestre. Com as discussões, envolvendo todos os professores, pretende-se buscar soluções e planejar intervenções a serem feitas durante o ano letivo, para não acumular pendências para o final do ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual João Hemétrio de Menezes tem embasamento teórico e argumentações sustentadas em documentos legais, como legislações e resoluções pertinentes ao processo educacional. Há o envolvimento dos profissionais e da comunidade na sua elaboração. Ao se organizarem para esse fim, os presentes pactuam, com a escola, metas a serem alcançadas e ações a serem desenvolvidas no cotidiano escolar, em prol da melhoria da educação oferecida aos alunos.

No entanto, no decorrer do ano letivo, as decisões costumam ser tomadas sem voltar e rever o que foi proposto e delineado no projeto político-pedagógico. Isso acontece tanto no âmbito administrativo quanto no financeiro e no pedagógico, acarretando enormes problemas para a instituição. O Colegiado Escolar acaba sendo omissos diante dos fatos, ao acatar as decisões da escola, dando pareceres de conformidade.

Diante do exposto, conclui-se que a prática da escola está em desacordo com os princípios da Gestão Democrática. Decide-se coletivamente, mas as decisões não são cumpridas. Entende-se, então, que esforços devem ser empreendidos pelos diferentes segmentos da comunidade escolar, no sentido de reivindicar o cumprimento das decisões coletivas. Assim, é possível pôr em prática o projeto político-pedagógico da escola e suprir a carência de gestão democrática que se instaurou na instituição, com vistas ao alcance da melhoria do processo de ensino-aprendizagem, que é o foco principal do trabalho escolar.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *Implicações da nova lógica de ação de estado para a educação municipal* -O Projeto Político Pedagógico no contexto da Gestão Escolar - Revista Educação & Sociedade n.80, Campinas: CEDES,2002.

BRASIL. LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) >. Acesso em: 04 nov. 2012.

CURY, C. R. J. *O direito à educação: um campo de atuação do gestor*. Brasília, Ministério da Educação, 2006.

DOURADO, L. F.; MORAES, K. N.; OLIVEIRA, J. F. *Gestão financeira descentralizada: planejamento, aplicação e acompanhamento de recursos*. Brasília: MEC, s/d. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/gestao\\_fin\\_descentralizada.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/gestao_fin_descentralizada.pdf) >. Acesso em: 10 fev. 2013.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. *A Organização do Tempo Escolar: séries ou ciclos? Para além do senso comum*. Trabalho apresentado no IV Colóquio luso-brasileiro sobre questões curriculares e VIII colóquio sobre questões curriculares. Florianópolis, 2008. Disponível em: <[http://www.unixrio.br/cch/neephi/textos/texto\\_IV\\_coloquio\\_LUSO\\_2008.pdf](http://www.unixrio.br/cch/neephi/textos/texto_IV_coloquio_LUSO_2008.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2012.

HORTA, J. S. B. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (coord.) *Filosofia da educação brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A democratização das relações de trabalho na escola pública básica. *Revista ORG & DEMO*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, 2000. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357> >. Acesso em: 03 mar. 2013.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, p.33-52, Jul/Dez 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2013.

LUCKESI, Cipriano C. *Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática*. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MINAS GERAIS. *Guia do diretor escolar*. Belo Horizonte: SEE. Disponível em: <[http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco\\_objetos\\_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D\\_Guia%20Diretor.indd.pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos_crv/%7B8191B7D8-138B-4DA8-A99B-F7853349BCE6%7D_Guia%20Diretor.indd.pdf) >. Acesso em: 11 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. *Resolução nº 2197/12*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras

providências. 2012. Disponível em:

<[https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/resolucoes/doc\\_details/10317-resolucao-21972012-6709-kb-pdf0](https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/resolucoes/doc_details/10317-resolucao-21972012-6709-kb-pdf0) > Acesso em: 11 fev. 2013.

NAVARRO, Ignez Pinto et al. Avaliação: o processo e o produto. In: *Conselho Escolar e a aprendizagem na escola*. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte VII e VIII). Brasília: MEC/SEB, 2004, p. 38-40.

OLIVEIRA, João Ferreira de, A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, Vitor Henrique. *Administração Escolar – Introdução Crítica*. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SOUSA, J. V. de. Projeto político-pedagógico e promoção do direito à educação. In: *Formação de gestores da educação pública – liderança educacional e gestão escolar*, módulo III, v. único. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2009.

STEIN, Maria das Graças Dias Ferreira. *Avaliação Institucional: um estudo em três instituições mineiras de ensino superior*, 2002. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, 2002.